

ECONOMIA FAMILIAR, CONSUMO E ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Vivianne da Silva Mendonça¹
Maria de Fátima Massena de Melo²

RESUMO

Modelos econômicos adotados no Brasil, caracterizados pela dependência externa e concentração de renda vêm ao logo dos anos contribuindo para a dificuldade de acesso aos recursos necessários para viabilizar a economia familiar e o orçamento doméstico. Em meio a tantas incertezas geradas pela economia, consumo excessivo e ausência da prática de planejar a administração dos recursos, que afetam diretamente a qualidade de vida dos grupos e das famílias a necessidade de reflexão sobre a economia familiar e o orçamento doméstico torna-se importante. O presente estudo constitui-se de uma investigação exploratória qualitativa, que utilizou a entrevista semi-estruturada como instrumento principal de coleta de dados. Analisando os resultados inferimos que as famílias possuem condições financeiras inadequadas, visto que, a renda média não é suficiente para atender as necessidades de uma família composta por quatro pessoas. Também percebemos que os cartões de crédito são facilitadores ao consumo. Considerando que a busca para a educação financeira é um processo complexo pode-se concluir que a desorganização na economia familiar das famílias está diretamente relacionada à falta de hábitos em elaborar o orçamento doméstico.

PALAVRAS-CHAVE: Desorganização financeira. Educação da/o consumidor/a. Administração de recursos.

1 INTRODUÇÃO

Os modelos econômicos adotados no Brasil, caracterizados pela dependência externa e concentração de renda vêm ao logo dos anos contribuindo para a dificuldade de acesso aos recursos necessários para viabilizar a economia familiar, assim como o comportamento de consumo de indivíduos, grupos e famílias.

Para Magda Neves (2001), a criação da riqueza, renda e consumo por meio do mercado, tem substituído a ética da solidariedade pela ética da eficiência, dificultando alternativas democráticas e coletivas. Em nome da concorrência e graças ao enfraquecimento das formas de organização coletiva, deterioram-se as relações de trabalho e, ao mesmo tempo, manifesta-se maior indiferença e intolerância com os excluídos que a economia continua a criar.

O desemprego, a precariedade dos serviços públicos, o descaso no atendimento nos hospitais públicos e a dificuldade de acesso a educação de qualidade, levam muitas famílias a enfrentar problemas financeiros. Diante disto, buscam alternativas para não se submeterem aos serviços precários que o Estado oferece para a população, fazendo aquisição de planos de saúde e uso de escolas particulares. Desta forma, usam os recursos que dispõem em serviços

1. Aluna de Graduação do Curso de Economia Doméstica, Departamento de Ciências Domésticas, Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: vivianne_liebe@hotmail.com
2. Professora do Curso de Economia Doméstica, Departamento de Ciências Domésticas, Universidade Federal Rural de Pernambuco., Mestre em Extensão Rural e Comunicação Rural, E-Mail: fatimaefilhos@bol.com.br

que poderiam ser prestados pelo Estado, favorecendo o setor privado, e permitindo que o Estado abandone seu papel responsável pela oferta de serviços públicos de qualidade, abrindo caminhos para que o setor privado aumente seu capital, agravando a qualidade de vida da maioria da população.

É provável que as famílias não consumam os mesmos produtos da mesma forma nem possuam os mesmos recursos. Seus comportamentos de busca, aquisição, consumo e recursos possivelmente são diferentes, mas podemos supor que a má administração dos recursos também decorre das peculiaridades do orçamento doméstico, ou seja, da forma como elas distribuem seus rendimentos e despesas e/ou reagem ao efeito da restrição orçamentária.

Em meio a tantas incertezas geradas pela economia, pelo consumo excessivo de bens e serviços e pela ausência da prática de planejar a administração dos recursos, que afetam diretamente a qualidade de vida dos grupos, das pessoas, e das famílias a necessidade de reflexão sobre a economia familiar e o orçamento doméstico torna-se importante.

O interesse em aprofundar estudos e desenvolver ações na área da economia familiar e do consumo na perspectiva da Economia Doméstica ocorreu durante visita à congregação Batista do Loteamento Conceição em Pau Amarelo, Paulista/PE. Durante conversas com as famílias que a freqüentam, percebemos as insatisfações quanto aos serviços públicos, bem como, as dificuldades financeiras que estão vivendo e os gastos familiares, muitas vezes superiores à renda.

Na perspectiva da Economia Doméstica, elaborar orçamento envolve também orientar sobre como escolher, comprar, aproveitar integralmente e conservar os alimentos e o vestuário, assim como sobre a importância de reduzir o consumo dos serviços.

Considerando estes aspectos, sentimos a necessidade de conhecer os elementos que poderiam contribuir para a desorganização financeira destas famílias envolvendo reflexões sobre economia familiar, orçamento doméstico e consumo.

Nossa perspectiva deve considerar que as famílias pertencem a classes sociais diferentes e também vivenciam relações de gênero, raça/etnia e geração, que também interferem nos processos de tomada de decisão e na administração dos recursos. Pode-se ainda, por meio da elaboração do orçamento doméstico, perceber a necessidade de promover e/ou desenvolver ações que venham contribuir para discussão sobre geração de trabalho e renda, principal via de acesso aos recursos a serem administrados pela família. Por isto, construímos nossa proposta de trabalho objetivando conhecer as causas da desorganização financeira entre as famílias residentes no Loteamento Conceição, em Pau Amarelo, Paulista-PE.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O processo de desenvolvimento industrial no Brasil teve início no final do século XIX. Porém, o modelo de industrialização baseada no financiamento externo e o sistema econômico capitalista, o qual adota como paradigmas a liberdade de iniciativa, reforça o regime de liberdade de produção e estimula o consumo, mas ao mesmo tempo exclui, contribuiu para o aumento das dificuldades e desigualdades de renda, afetando, assim, a qualidade de vida da população.

O desenvolvimento industrial baseado na produção de bens materiais em quantidades cada vez maiores permitiu intensificar as mudanças sociais e econômicas, fazendo surgir a sociedade de consumo. Segundo Paulo Nunes (2008), a expressão sociedade de Consumo designa uma sociedade característica do mundo desenvolvido em que a oferta excede geralmente a procura, onde os produtos são normalizados e os padrões de consumo massificados. Este excesso de oferta, aliado a uma enorme abundância de bens colocados no mercado, levou ao desenvolvimento de estratégias de marketing e a facilidades de crédito quer das empresas, quer do sistema financeiro.

Para Néstor Canclini (2006), o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. E para Solomon (2002) Uma das premissas fundamentais do moderno campo do comportamento do consumidor é a de que as pessoas muitas vezes compram produtos não pelo que eles fazem, mas sim pelo que eles significam.

Por meio da publicidade produtos e serviços são divulgados intensamente e a sociedade de consumo, que é a sociedade capitalista, atinge seu objetivo produção em massa, consumismo e acumulação de capital. Para que este objetivo seja alcançado cada vez mais rápido, desenvolve-se a estratégia de tornar os produtos obsoletos. De acordo com Gino Giacomini (1991), a obsolescência é um recurso da gerência de produtos, baseando-se num tempo ou condições em que o produto deve ter vida útil “ideal”. Muitos produtos tornam-se obsoletos por terem se tornado antiquados, sendo substituídos por outros que realizam melhor suas funções, outros por terem sua vida útil reduzida em função da quebra ou desgaste precoce. Por fim a obsolescência por desejabilidade, em que um produto se torna obsoleto simplesmente por não ser mais desejável, mesmo estando em perfeitas condições de uso.

Estes aspectos interferem na forma como administramos recursos e viabilizamos a economia familiar. Para Nerina Marques e Eleonora Cebotarev (1996) citando Brannen e Wilson (1987), o manejo de recursos pelos membros da família é influenciado pelas

condições de acesso a esses recursos, tanto na esfera pública, acesso externo, isto é, como os recursos alcançam as famílias, quanto em sua disponibilidade interna, ou seja, a maneira como são distribuídos entre os membros da família. O acesso externo é mediado por três vias principais: 1- como renda resultante da participação dos membros no mercado de trabalho; 2- por meio de benefícios e serviços provenientes de transferências públicas; e 3- mediante trocas que são regularmente feitas entre as diferentes unidades domésticas.

No espaço doméstico são realizadas as atividades necessárias a produção e reprodução da força de trabalho, contida em todas as mercadorias. Logo, ao refletirmos sobre a administração de recursos na família é necessário considerar, como discute Gustavo Codas (2002), a economia, porque esta diz respeito às explicações sobre como uma sociedade decide produzir, e sobre como ela distribui os bens e serviços para satisfazer as necessidades de seus membros dada uma certa quantidade de recursos materiais e humanos.

No entanto nem todas as famílias têm acesso aos recursos necessários a sua sobrevivência. Isto, porque no processo de distribuição da riqueza produzida através do trabalho tornam-se explícitas as desigualdades de classe, renda e padrão de consumo.

A idéia da possibilidade de tomada de decisão racional no processo de administração de recursos no espaço doméstico deve ser repensada por nós Economistas Domésticos. Este processo envolve outros elementos. Indo além do saber administrar, a quantidade e a qualidade das mercadorias pela necessidade real dos indivíduos. Além disso, nas sociedades de classe, existem convenções sociais que estabelecem que um determinado indivíduo, de uma classe, possui bens de melhor qualidade que outro indivíduo de uma classe considerada inferior (CEDAC, 1982).

Neste contexto, o acesso aos recursos ocorre de forma diferenciada e as famílias da classe trabalhadora encontram dificuldades para administrá-los. Segundo Nerina Marques e Eleonora Cebotarev (1996), até meados dos anos 60, a administração de recursos na família era, freqüentemente, compreendida como um instrumento disciplinar. À primeira vista, essa administração lembrava um conjunto de regras sobre o que deveria ser feito, impondo uma conduta do que seria desejável. Com o fortalecimento do campo da Economia Doméstica, em virtude da utilização de abordagens mais amplas, do avanço do movimento feminista e do desenvolvimento de capacitação científica dos profissionais da área, começaram a surgir estudos, a partir de reflexões críticas e enfoques explicativos, que podem, verdadeiramente, vir a dimensionar essa administração.

Logo, consideramos que se torna relevante para a Economia Doméstica tratar a administração de recursos e o orçamento doméstico, entendendo que os níveis de decisão

quanto ao uso dos bens, produtos e serviços necessários a sobrevivência depende dos valores e escolhas da família, mas também envolve aspectos que fogem ao seu controle. Isto porque vivemos em uma sociedade de consumo.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na Congregação Batista do Loteamento Conceição em Pau Amarelo, localizada na cidade de Paulista – PE, a uma distância de 22 km do Recife.

A presente pesquisa constituiu--se de uma investigação exploratória qualitativa, que utilizou a entrevista semi-estruturada como instrumento principal de coleta de dados. Conforme Antônio Gil (1995) as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Inicialmente, fizemos uma revisão bibliográfica, buscando trabalhos, teses, monografias e livros que explanassem sobre os assuntos que envolvem a economia familiar e o orçamento doméstico. Este recurso foi utilizado como forma de aprofundar nossos conhecimentos sobre conceitos e categorias teóricas, que seriam tratadas durante a pesquisa e em trabalhos a serem desenvolvidos com as famílias.

Para selecionar as famílias que participaram do estudo, optamos por uma conversa com todos/as freqüentadores/as da igreja relatando sobre o trabalho que pretendíamos desenvolver naquele local e sobre a necessidade de compreender o que leva as famílias à desorganização financeira. Para tanto, selecionamos as fichas de membros da congregação para anotar os endereços das famílias interessadas em participar. Sendo assim, foram selecionadas 14 fichas de famílias para a realização de visitas domiciliares. Vale ressaltar que participaram do estudo apenas mulheres acima de 18 anos de idade.

Após este primeiro contato com as famílias, realizamos a segunda visita nos domicílios de acordo com o dia e o horário previamente estabelecido. Para tanto, realizamos entrevistas com as mesmas e ainda fizemos o uso do diário de campo para anotar observações.

Por meio de um formulário aplicado as famílias, abordamos aspectos pertinentes a fonte e composição da renda familiar; número de pessoas que residem na casa; ciclo de vida; hábitos de consumo e gastos com alimentação, vestuário, serviços e lazer; uso de cartões de créditos e influência da publicidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 14 mulheres. A maioria encontra-se na faixa etária de 41 a 50 anos, são casadas e possuem o 2º grau completo. 50% está empregada e 50% possui renda proveniente de outras fontes como: aluguéis de casas, aposentadoria e serviços autônomos. A renda média familiar para 47% das famílias varia de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.800,00, 33% de R\$ 500,00 a R\$ 980,00 e 20% recebem R\$ 415,00. Em 57% das moradias residem quatro pessoas entre adultos e crianças.

Analisando estes resultados podemos inferir que as famílias possuem condições financeiras inadequadas, visto que, a renda média não é suficiente para atender as necessidades de uma família composta por quatro pessoas. Isto porque de acordo com o levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009), apontou que o salário mínimo do trabalhador brasileiro deveria ser de R\$ 2.005,57, para suprir suas necessidades básicas e da família.

No que se refere aos hábitos de consumo, gastos e administração de recursos os dados revelaram que a maioria das famílias, 70% das entrevistadas, faz compras de alimentos mensalmente, com gastos de aproximadamente R\$ 300,00. Quanto ao pagamento estas famílias realizam de duas formas: uma parte em dinheiro e outra no cartão de crédito informaram ainda que elaboram a lista de compras. 30% das famílias faz compras de alimentos por semana, não soube informar quanto gastam e não elaboram a lista de compras.

Com relação ao consumo do vestuário, 60% informou que compra geralmente nas festividades de fim de ano e 40% costuma comprar sempre que dá vontade gastando entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00 por família, sendo efetuado o pagamento com cartão de crédito.

A partir desses resultados fizemos a seguinte análise: se as famílias possuem renda média de um mil reais a um mil e oitocentos reais, gastando trezentos reais em alimentos e de trezentos a seiscentos reais com vestuário, sobraria muito pouco para pagar as outras despesas. Também vale ressaltar que o gasto com alimentos é inferior ao gasto com vestuário.

Este fato vem ao encontro do que afirmam Nestor Canclini (2006) e Salett Tauk (1994) ao discutirem as características das culturas populares quando ressaltam que elas vão à busca da satisfação das necessidades imediatas.

Segundo Maria Aranha e Maria Martins (1993), para a sobrevivência da sociedade de consumo é essencial que sejam criadas necessidades de uso de novos produtos, pois, logo que um produto aparece no mercado, ele deve ser consumido intensamente e em seguida substituído por outro. Contudo, como não conhecemos tal produto nem estamos habituados a

usá-lo e muitas vezes nem sequer necessitamos dele, é preciso que se faça criar em cada um de nós a necessidade de consumi-lo.

Quanto a como percebem sua situação financeira, a maioria das famílias considera ser ruim, por não ocorrer sobra de dinheiro da renda familiar. Todas as famílias estão pagando alguma prestação (livros, cama, TV, geladeira, guarda-roupas, sapatos, roupas, DVD) e as parcelas variam entre 40,00 e 100,00 reais por mês. Não fizeram nenhum empréstimo nos últimos meses, porém já compraram itens que não estavam precisando, mas que foram adquiridos por estarem em promoção, influenciadas por propagandas ou impulsividade. 90% das famílias afirmou estar desorganizada financeiramente, na maioria dos casos por terem realizado muitas compras parceladas. Os imprevistos com compra de medicamentos e eletrodomésticos quebrados também foram bastante citados. Estas famílias possuem de dois a quatro cartões de crédito, sempre usam, e fazem o possível para pagar o total da fatura.

Consideramos que as famílias consomem desordenadamente, mas também percebemos que suas compras parceladas constam de materiais escolares e medicamentos. As políticas sociais que objetivam a melhoria do nível de vida da população devem preocupar-se com a oferta de escolas públicas e sistemas de saúde pública que atendam as necessidades da população. Desta forma, o uso da renda familiar com estes serviços seria evitado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação e compreensão das causas que levaram as famílias a uma desorganização financeira foi realizada a partir das entrevistas, assim como das observações durante a convivência com o cotidiano das famílias em estudo.

Sabemos que as dificuldades financeiras têm origem em vários fatores, tais como: baixos salários, cobrança de juros abusivos e práticas consumistas. Contudo, o orçamento doméstico é um instrumento disponível, que pode ser utilizado como forma de melhorar a qualidade de vida.

Durante o estudo percebemos que instituições mediadoras podem contribuir para a desorganização financeira, ou seja, media o consumo. Nossas observações e dados das entrevistas revelaram que a religião é uma instituição mediadora e influencia o consumo, principalmente do vestuário contribuindo para a desorganização financeira. Diante das entrevistas e outras observações realizadas percebemos que os cartões de crédito são facilitadores do consumo, contribuindo para aquelas famílias consumirem desordenadamente.

A desorganização financeira vivida pelas famílias representa na grande maioria, a dificuldade destas serem cautelosas no consumo de bens e produtos. Neste momento, podemos inferir que a necessidade de ser aceito/a pelo grupo que participam, a igreja, se faz presente.

Considerando que a busca para a educação financeira é um processo complexo e dinâmico, influenciado por fatores psicológicos, comportamentais, culturais e econômicos, pode-se concluir que a desorganização na economia familiar entre as famílias do Loteamento Conceição está relacionada aos hábitos de consumo e à falta do hábito de elaborar o orçamento doméstico.

Portanto, diante dos resultados do estudo concluímos que a atuação da/o profissional de Economia Doméstica na área da economia familiar torna-se necessária, visto que nossa formação multidisciplinar contribui para a promoção da qualidade de vida das famílias.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CEDAC, Centro de Ação Comunitária. **O Trabalho A Mercadoria**. 2ª edição. São Paulo, 1982.

CODAS, G. **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

DIEESE. 6 Abr 2009 Disponível em: < www.abril.com.br/.../dieese-salario-minimo-deveria-ser-r-2-005-marco-344055.shtml >Acessado em 15/junho/2009.

GIACOMINI, G. **Consumidor versus propaganda**. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARQUES, N. A. C.; CEBOTAREV, E. A. **Economia e economia familiar**. I Simpósio de Economia Familiar ANAIS. Viçosa, MG: UFV. 1996.

NEVES, M. **Trabalho, exclusão social e direitos.** Globalização, trabalho e desemprego. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

NUNES, P. **Conceito de Sociedade de Consumo.** 2008. Disponível em www.knoow.net/.../sociedadedeconsumo.htm Acessado em 02/ junho /2009.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

TAUK-SANTOS, M. S. **Igreja e pequeno produtor rural:** a comunicação participativa no programa CECAPAS/SERTA. São Paulo: 1994. Tese de Doutorado em Ciências de comunicação. ECA/USP.